



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201886101322	Distribuição: 05/12/2018
Número Único: 0001205-81.2018.8.25.0060	Competência: Monte Alegre
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: JOSE JEFERSON DE SOUZA
Endereço:
Complemento:
Bairro:
Cidade: MONTE ALEGRE DE SERGIPE - Estado: SE - CEP: 49690000
Advogado(a): JOSÉ JEOVANY DA SILVA 12367/AL
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: RUA SENADOR DANTAS
Complemento: 5º ANDAR
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031205



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201886101322

DATA:

05/12/2018

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

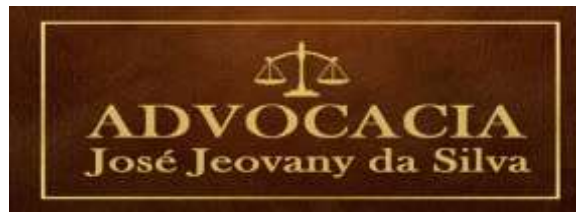
Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201886101322, referente ao protocolo nº 20181205103501526, do dia 05/12/2018, às 10h35min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
COMARCA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DISTRITO JUDICIÁRIO DE
MONTE ALEGRE DE SERGIPE – SERGIPE**

JOSÉ JEFERSON DE SOUZA, brasileiro, convivente, lavrador, portador do RG nº 2638774-3 SSP/SE e CPF nº 054.828.495-46, residente e domiciliado no Povoado Vaca Serrada, S/N, Zona Rural, Monte Alegre de Sergipe/SE, CEP 49.690-000, Tel.: (79) 99847-6626, não possui endereço eletrônico, por meio de seu advogado que esta subscreve (**procuração anexa**), vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 319 do CPC/2015, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DAS DIFERENÇAS DE SEGURO OBRIGATÓRIO
DPVAT**

em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Bairro Centro, CEP nº 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, endereço eletrônico desconhecido, por razões de fato e de direito a seguir delineadas:

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Inicialmente, afirma o Requerente que, para os fins previstos na Lei nº 1.060/50, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, pelo que requer os benefícios da gratuidade da justiça.

DOS FATOS

No dia 01 de Junho de 2017, o Requerente conduzia o veículo automóvel, marca/modelo VW/SAVEIRO 1.6, ano 2003/2003, cor preta, placa DGO-9450,





CHASSI 9BWEB05X63P054099, Carira/SE, em nome de José Jadson de Souza, pela rodovia que liga Monte Alegre de Sergipe à Poço Redondo, quando nas imediações da ponte da divisa dos municípios de Porto da Folha e Monte Alegre de Sergipe, tentou desviar de um animal (vaca), perdeu o controle do veículo, vindo a capotar, conforme registro policial de ocorrência anexo.

Destarte, o Requerente sofreu fraturas nas costelas e TCE em virtude deste acidente, donde o Requerente necessitou e foi submetido a tratamento médico e ambulatorial (com uso de medicamentos), o que se pode constatar no relatório médico anexo.

Assim, necessitando sobremaneira de recursos financeiros para custear seu tratamento médico por conta das lesões sofridas no sinistro, bem como para garantir sua subsistência, o Requerente fez a requisição administrativa do benefício do Seguro DPVAT junto à Seguradora Líder.

Contudo, apesar de o Requerente ter enviado a documentação necessária (boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar, declarações médicas e outros), a seguradora realizou pagamento concernente à indenização por invalidez do seguro DPVAT apenas no valor de R\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais), valor este que é inferior ao percentual devido, por ser desproporcional à lesão sofrida, conforme será demonstrado pelos documentos anexos e pelo exame pericial.

Portanto, não restou outra alternativa ao Requerente, senão recorrer ao Judiciário para garantir uma indenização justa e compatível com o grau da lesão corporal por ele sofrida no sinistro em comento.

DO DIREITO

O DPVAT se trata de um seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, constitui direito das vítimas de acidentes de trânsito, que se dá mediante o pagamento de





indenização pelos danos sofridos, necessitando para tal que se prove a existência do acidente e o dano decorrente. É o que se extrai do artigo 5º, caput, da Lei nº 6.194/74:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifou-se).

Nesta linha de raciocínio, **há que se esclarecer que não se discute, nesta lide, o direito à indenização por invalidez, haja vista que já foi reconhecido o direito do Requerente e deferida tal indenização pela Requerida, a discussão restringe-se portanto ao valor devido,** pois que a seguradora apenas pagou o valor de R\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais), conforme documento anexo.

Portanto, **não há que se falar em quitação da obrigação por parte da Requerida na seara administrativa, pois o quê o Requerente busca é receber justamente o valor que compreende inadimplido, pugnando tal valor por meio da tutela jurisdicional ora pleiteada através desta ação. Dessa forma, o Requerente demonstra total interesse de agir no presente feito, inclusive há entendimento já pacificado pela Corte de Justiça do Estado de Sergipe neste sentido, *in verbis*:**

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DA DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELO DAS SEGURADORAS. I - Preliminares. **Falta de Interesse de Agir. O recibo de quitação administrativa não inviabiliza reclamação de quantia adicional judicialmente. Doutrina e jurisprudência afastam o esaurimento da via administrativa como requisito de acesso ao Judiciário, dando eficácia ao direito fundamental de ação e ao princípio do amplo acesso à Justiça.** Alegação de necessidade de perícia. Insubsistente. Prova já colhida. Laudo pericial encartado aos autos. Preliminares rejeitadas. (...) III - Recurso conhecido e parcialmente provido APELAÇÃO CÍVEL Nº 11181/2012, 10ª VARA CÍVEL, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, GILSON FELIX DOS SANTOS, JUIZ(A) CONVOCADO(A), Julgado em 19/02/2013. (Grifou-se).

Vale salientar ainda, que com a inicial o Requerente anexa toda a documentação necessária a propositura da presente demanda, tais como: boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar, declarações médicas e outros. Pois que, a jurisprudência mais abalizada que segue essa mesma trilha dispensa a apresentação de qualquer outro documento além dos já citados, examine:



APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - LAUDO DO IML - AUSÊNCIA - DESNECESSIDADE A TÍTULO DE PROPOSITURA INICIAL - POSSIBILIDADE COMPROVAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO - CONCESSÃO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO - INERCIA - IMPROCEDÊNCIA. - **Tendo a parte juntado aos autos prova do acidente, bem como das lesões causadas por ele, é desnecessária a juntada do laudo do IML, diante da possibilidade de produção de prova pericial durante a instrução do feito.** (...). TJ-MG - Apelação Cível AC 10126130003182001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 23/02/2015. (Grifou-se).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGUROS. DPVAT. REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. GRAU DE INVALIDEZ. NECESSIDADE. SUMULA 474 DO STJ. DEFERIMENTO DA AJG PARA FINS RECURSAIS. (...). 3. **É dispensável a apresentação de laudo médico pericial com a petição inicial, eis que a prova da invalidez permanente e seu respectivo grau poderá ser realizada em sede judicial, conforme requerido pela agravante. Ademais, a autora juntou atestados médicos particulares, além do boletim de ocorrência do sinistro, documentos bastantes ao ajuizamento da ação.** RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70049792591, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 05/07/2012). (Grifou-se).

Assim, segundo a disposição contida no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, expressa nitidamente que quando os danos pessoais cobertos pelo seguro, causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, causarem invalidez, a indenização é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).
Veja:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei, compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:
(...)

II- até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente.
(...) (Grifou-se).

Frise-se que, os incisos I e II, §1º do artigo em comento (artigo 3º, da Lei nº 6.194/74), determinam o enquadramento da invalidez segundo a tabela disposta neste mesmo diploma legal, sendo assim, nos casos de invalidez total ou invalidez permanente parcial completa a indenização deve corresponder ao percentual máximo estabelecido, e nos casos de invalidez permanente parcial incompleta os percentuais da indenização podem variar porém obedecendo aos percentuais previstos neste. Observe:



§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, **correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura**; e *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução **proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão**, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (...) (Grifou-se).*

Mesmo assim, no presente caso o Requerente ao pleitear o benefício, foi surpreendido com o pagamento de um valor claramente inferior ao que deveria receber, tendo em vista o desrespeito da seguradora ao enquadramento estabelecido na lei que garante o pagamento de percentual determinado.

Sendo costumeiro as seguradoras pagarem um valor inferior ao do seguro obrigatório fixado em lei, geralmente sob a justificativa de que fazem a fixação do valor com base na Resolução da SUSEP, o que não se pode conceber. Pois, desta forma, as seguradoras infringem a lei, lesando os beneficiários do seguro, logo os Tribunais já tem se posicionado quanto a possibilidade de se exigir a diferença:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL- Complementação do pagamento do Seguro DPVAT- Acidente ocorrido em março de 2008, antes da edição da Medida Provisória 451/2008- Possibilidade de pagamento proporcional ao grau de invalidez constatado- Necessidade de realização de perícia pelo IML para aferir a extensão das lesões sofridas pela vítima- inteligência do art. 3º da Lei nº 8.441/92- Precedentes do STJ- Preliminar de nulidade da sentença acolhida- Ausência de formalidade legal prevista- Recurso conhecido e provido- Retorno dos autos ao Juízo de origem para fins de realização de exame de aferição de grau de invalidez pelo IML. TJ-SE - INTEIRO TEOR. APELAÇÃO CÍVEL AC 2012202671 SE (TJSE)DATA DE PUBLICAÇÃO: 12/06/2012. (Grifou-se).



EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. NATUREZA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO. ART. 206, §3º, ix, DO CÓDIGO CIVIL. “O valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada” Súmula n. 256- STJ. “O DPVAT tem natureza de seguro obrigatório de responsabilidade civil. A ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em 3 (três) anos” Súmula n. 405- STJ. STJ-RECURSO ESPECIAL 1170587 PR 2009/0236573-1 DATA DE PUBLICAÇÃO: 18/05/2010. (Grifou-se).

Desses, também extrai-se que se trata de entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, de que para a real constatação da invalidez é indispensável a realização de perícia para demonstrar a intensidade da incapacidade da parte autora. Do quê, com base na Súmula 474 do STJ, deverá ser paga a indenização de acordo com o grau da lesão e, para tanto, deve ser realizado exame pericial para auferir-se o grau. Atente:

Súmula 474 do STJ- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será proporcional ao grau de invalidez. (Grifou-se).

Sendo assim, para a fixação do *quantum* indenizatório deverá ser levado em consideração o grau da invalidez do Autor, o qual será constatado por meio de exame pericial, tendo em vista a incoerência da Seguradora no pagamento do seguro obrigatório.

DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, diante da plausibilidade do direito invocado e das razões de fato evidenciadas, passa o Requerente a formular os seguintes pedidos:

- a) A **concessão da gratuidade da justiça**, em virtude do Requerente não apresentar condições de custear o processo sem prejuízo do próprio sustento, conforme declaração anexa;
- b) Com fulcro no art. 334, § 5º do CPC/2015 e em observância aos princípios da celeridade processual, economia processual e boa-fé, o Requerente requer a **dispensa da designação da audiência de conciliação**, haja vista que é *praxe* a





não realização de acordo em audiência de conciliação nas ações ajuizadas em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.;

- c) A **citação da Requerida** para, querendo, apresentar resposta, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos acima descritos;
- d) A **designação de perito**, a fim de que por laudo pericial seja verificado o grau de invalidez do Requerente e, por consequente, a determinação do *quantum* indenizatório proporcional à lesão, **segue anexo os quesitos para realização da perícia**;
- e) Que ao final, seja **a presente ação julgada totalmente procedente, condenado a Requerida ao pagamento da complementação do seguro DPVAT pertinente, auferido a partir da análise do laudo pericial e demais documentos acostados aos autos**;
- f) A condenação da Requerida também ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no percentual de 20% sobre o valor da condenação, além dos juros admitidos.

Protesta provar o alegado por todos os meios permitidos em direito, em especial, por juntada de documentos, laudo médico e oitiva de testemunhas, além de demais meios que se fizerem necessários.

Dá-se a causa o valor de R\$ 12.150,00 (doze mil cento e cinquenta reais).

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 05 de Dezembro de 2018.

José Jeovany da Silva
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A



ANEXO I

QUESITOS PARA PERÍCIA

Informe o Sr. Perito:

1. Qual a parte do corpo afetada pelo acidente?
2. Qual a lesão sofrida?
3. Houve perda anatômica e/ou funcional?
4. Sendo positiva a resposta do item “3”, qual o grau da perda anatômica e/ou funcional em uma escala de 10%, 25%, 50% ou 100%?
5. Está correta a quantia paga administrativamente?
6. Sendo negativa a resposta ao item “5”, qual seria o correto valor da indenização?



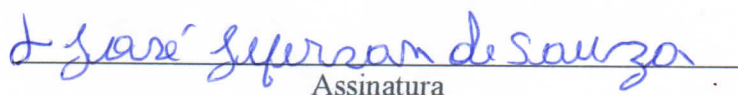
P R O C U R A Ç Ã O

OUTORGANTE: José Jefferson de Souza brasileiro, casado, inscrito no RG sob N.º 2638-774-3 SSP/SE e no CPF sob N.º 054.829.495-46 residente e domiciliado no Rorizado Vaca Serrada, S/N, Zona Rural, Monte Alegre de São João/SE, CEP: 49.690-000.

OUTORGADO: José Jeovany da Silva, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/AL, sob o n.º 12.367 e na OAB/SE, sob o n.º 889-A, CPF sob o n.º 018.386.315-18, com escritório profissional na Rua Senador Leite Neto, n.º 381, Centro, CEP: 49.680-000, Nossa Senhora da Glória/SE.

PODERES: pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

N.ª Sr.ª da Glória/SE, 04 de Dezembro de 2018


Assinatura



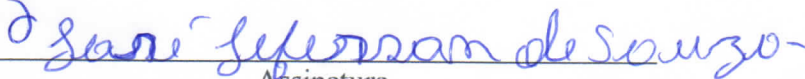
DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Declarante: José Jeovany de Souza Brasileiro
Comunidade Ilharrados, distrito no RG Id-
N. 2638774-3 SSP/SE e no CPF Id- N. 054.
828.495-46, residente e domiciliado no Po-
neado Vaca, Serra da SIN Zona Rural, Monte
Alegre de Sergipe/SE, CEP: 49690-000.

Declaro, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de Fevereiro de 1950, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, desejando obter os benefícios da “Gratuidade da Justiça”, que se encontra em estado de vulnerabilidade econômica e não possui recursos suficientes para custear demandas judiciais, sem prejuízo da manutenção da sua família e suas atividades.

Por ser verdade, firmo.

N. Sr. da Glória/SE, 04 de Dezembro de 2018


Assinatura



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, José Jefferson de Souza, portador(a)
do RG sob n. 2638774-3 expedido pelo SSP/SE em 24/04/2008, e no
CPF sob n. 054.828.495-46, venho, por meio desta, declarar que resido
neste endereço: Parqueado Vaca Serrada S/N,
Bairro: Zona Rural, Cidade: Monte Alegre de Sergipe
UF SE, CEP: 49690-000.

N. Sen da Glória/SE 04 de Dezembro de 2018

José Jefferson de Souza
Assinatura



MARIA ZELIA DE MELO SOUZA
POV VACA SERRADA, S/N - AREA RURAL
MONTE ALEGRE DE SERGIPE / SE CEP 49800000 (AG 340)
Emissao: 15/01/2018 Referencia: Jan / 2018
Classe/Subcl: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO
Roteiro: 8-420-180-1090 Nº medidor: W1031208811

energisa
ENERGISA SERGIPE-DISTRIB. ENERGIA SA
Rua Min Apolônio Sales, 51 - Inacio Barbosa
Aracaju / SE - CEP 49040-150
CNPJ 13.017.462/0001-68 Insc. Est. 270.767.436
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 000.336.779
Cód. par. Déb. Automático: 00003285269

Atendimento ao Cliente ENERGISA **08000 79 0196** Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Jan / 2018	15/01/2018	14/02/2018	2368616543 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 3/328526-9

Canal de contato

- Compartilhe sua energia conosco também nas redes sociais. Estamos presentes no facebook com [br/energisa](https://www.facebook.com/br/energisa) e no Twitter (@energisa), sempre que precisar da gente. Queremos estar sempre próximos!

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 15/12/17	Leitura 19305	Data 15/01/18	Leitura 19359	
		1	54	31

Demonstrativo

CC	Descrição	Quantidade	Tarifa C	Valor Base Calc	Alug	ICMS(R\$)	Base Calc	Pc(R\$)	Cofins(R\$)
0801	Consumo em kWh	54,000	0,665930	35,96	35,96	25	0,99	35,96	0,30
0801	Adic. B Vermelha			1,15	1,15	25	0,28	1,15	0,01
	LANÇAMENTOS E SERVIÇOS								
0807	CONTRIB ILUM PUBLICA			7,72	0,00	0	0,00	0,00	0,00

CC	Código de Classificação do Item	TOTAL	44,83	37,11	9,27	37,11	0,31	1,45
----	---------------------------------	-------	-------	-------	------	-------	------	------

Média últimos meses (kWh)

66

VENCIMENTO
22/01/2018

TOTAL A PAGAR
R\$ 44,83

Histórico de Consumo (kWh)

58	90	76	64	51	64	51	102	97	65	57	46
Dez/17	Nov/17	Out/17	Set/17	Ago/17	Jul/17	Jun/17	Mar/17	Abr/17	Mar/17	Fev/17	Jan/17

RESERVADO AO FISCO

bcba.9920.4d86.d4ec.2b58.bc63.7708.64ff.

Indicadores de Qualidade

11/2017 - NOSSA SENHORA DA GLÓRIA

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	11,59	0,00	
DIC TRIMESTRAL	23,19		
DIC ANUAL	46,38		
FIC MENSAL	7,74	0,00	
FIC TRIMESTRAL	15,49		
FIC ANUAL	30,98		
DMIC	6,39	0,00	
DICRI	16,80		
			NOMINAL 127
			CONTRATADA 117
			LIMITE INFERIOR 133
			LIMITE SUPERIOR

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia/SE	9,88	22,04
Compra de Energia	12,22	27,28
Serviço de Transmissão	1,00	2,23
Encargos Setoriais	2,98	6,65
Impostos Diretos e Encargos	18,75	41,82
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	44,83	100,00

Valor do EUSD (Ref 11/2017) R\$ 21,73

ATENÇÃO

- REAVISO: Caso a(s) fatura(s) acima continue(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 30/01/2018. Conforme Resolução 414/ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possível suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso essas faturas estejam pagas, desconsiderar essa mensagem. ESTE PRAZO NÃO VALE PARA AS FATURAS JÁ REAVISADAS, para estas a suspensão do fornecimento poderá ocorrer a qualquer momento até o decurso do prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de vencimento da fatura vencida e não paga. Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento. - Leitura confirmada

Faturas em atraso

Dez/17	47,83
Nov/17	73,61
Out/17	5,77
Set/17	26,51
Ago/17	23,12
Abr/17	45,25

SERGIPE

Roteiro: 8-420-180-1090
Matrícula: 328526-2018-01-7

VENCIMENTO
22/01/2018

TOTAL A PAGAR
R\$ 44,83

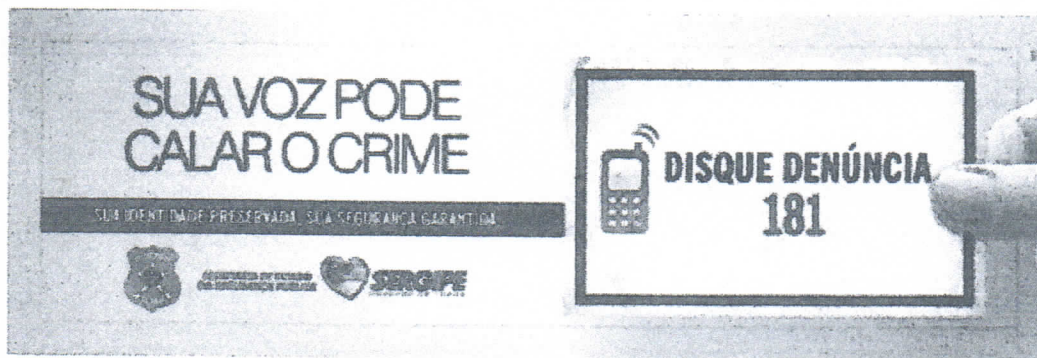
83600000000-7 44830049000-1 03285262018-9 01700420019-6





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



DELEGACIA DE POLÍCIA DE PORTO DA FOLHA

PCA PE OLIVEIRA, CENTRO FONE:() (79)3349-1238

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2017/06580.0-000597

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE PORTO DA FOLHA

Endereço: PCA PE OLIVEIRA, CENTRO FONE:() (79)3349-1238

FATO

Data e Hora do Fato: 01/06/2017 - 17:00 até 01/06/2017 - 17:00

Endereço: NAS IMEDIAÇÕES DO POVOADO VACA SERRADA-RODOVIA QUE LIGA MONTE ALEGRE A POÇO REDONDO Número: Complemento: CEP: 49800-000

Bairro: INTERIOR DO MUNICÍPIO Cidade: PORTO DA FOLHA - SE Circunscrição: DELEGACIA DE POLÍCIA DE PORTO DA FOLHA

Tipo de local: VIA PUBLICA Meio Empregado: NENHUM

VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: JOSE JEFERSON DE SOUZA

Nome do pai: MANOEL MESSIAS DE SOUZA Nome da mãe: MARIA ZELIA DE MELO SOUZA

Pessoa: Física CPF/CGC: 054.828.495-46 RG: 26387743 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: MONTE ALEGRE Data de nascimento: 14/06/1991 Sexo: Masculino Cor da cutis: Parda

Profissão: ESTUDANTE Estado civil: Convivente Grau de instrução: 1º Grau Incompleto

Endereço: POV VACA SERRADA Número: S/N Complemento:

CEP: 49.800-000 Bairro: ZONA RURAL Cidade: PORTO DA FOLHA UF: SE

Proximidades: Telefone: (79)98476626

HISTÓRICO

Relata o noticiante que na data acima descrito, trafegava na Rodovia que liga Monte Alegre a Poço Redondo/SE, conduzindo o veículo VW/SAVEIRO 1.6, placa policial DGO-9450/SE, ano fab.2003, mod.2003, cor preta, chassi-9BWEB05X63P054099, em nome de José Jadson de Souza. Que nas imediações da ponte da divisa dos municípios de Porto da Folha e Monte Alegre/SE, ao tentar desviar de animal bovino (vaca), perdeu o controle do veículo, vindo a capotar e em decorrência do capotamento sofreu fratura de três costelas "lado direito e esquerdo" e coágulo na cabeça. Que foi socorrido do local por ambulância, encaminhado ao Hospital de Monte Alegre e em seguida transferido para o Hospital João Alves Filho em Aracaju/SE.

"VÍTIMA CIENTIFICADA DO PRAZO DECADENCIAL DE SEIS MESES PARA FORMAL REPRESENTAÇÃO NA DELEGACIA DEVENDO APRESENTAR TESTEMUNHAS COM OS RESPECTIVOS ENDEREÇOS PARA LOCALIZAÇÃO".

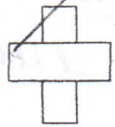
Data e hora da comunicação: 03/10/2017 às 12:03

Última Alteração: 03/10/2017 às 12:03.

OBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

JOSE JEFERSON DE SOUZA
Responsável pela comunicação

José Martins do Nascimento
Responsável pelo preenchimento



CLINICA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA 24 HORAS
MARIETA SOUZA ANDRADE

Paciente: Jose Jefferson Souza Data: 01/06/2017
Hora: 17:27 Sexo: Masc ☒ .Fem. ☐
Data de Nascimento: 14/06/1991 Idade: 25 anos
RG: 2638774-3
Endereço: Rua Serrada
Mãe: Maria Zelia Melo Souza
Profissão: lavrador cartão do sus: _____

BUSCA ESPONTÂNEO ☐ ENCAMINHAMENTO ☐ SAMU ☐

Queixa Principal: _____

Histórico Progresso: ☐ DM ☐ CARDIOPATIAS ☐ DHAS ☐ ETILISTA TABAGISTA ☐

Alergias: _____

Outros: _____ Dados Vitais: _____

P.A. 140/80 x 80 FC: _____ Tax: _____ FR: 38 Glicemia: _____ SPO: 96 PESO: _____

Enfermagem (Ass. Carimbo) _____ Hora da Class.: _____

Transferência Para: _____

Internado: SIM ☐ NÃO ☐ Hora Atend. _____ Hora da Alta _____

Data: ____/____/____

Atendimento Médico

DATA	HORA	ANAMNESE
		<u>pac. chegou ao serviço de emergência com alteração de consciência e vômito com sangue. Glucose 6. + LC.</u>
Diagnóstico:		
Cid:		
DATA	HORA	PRESCRIÇÃO/ EVOLUÇÃO MÉDICA
		<u>uso de oxigênio</u>
		<u>500ml de soro</u>
		<u>medicação (aspirina)</u>

MS/DARSIS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

No. DO BE: 1543017

DATA: 02/06/2017 HORA: 01:31 USUARIO: TSANTOS

CNS:

SETOR: 04-PS VERMELHA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : JOSE JEFERSON DE SOUZA
IDADE.....: 25 ANOS NASC: 14/06/1991
ENDERECO.....: POVOADO VACA SERRADA
COMPLEMENTO....: 700602989611567 BAIRRO:
MUNICIPIO.....: PORTO DA FOLHA
NOME PAI/MAE...: MANOEL MESSIAS DE SOUZA
RESPONSAVEL....: MARIA ROSANIA DE SOUZA/ESPOSA
PROCEDENCIA....: PORTO DA FOLHA
ATENDIMENTO....: ACIDENTE AUTOMOBILISTICO
CASO POLICIAL...: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: SIM

LAUDO ENVIADO
PS ☒ Internamento
16/06/2017
Setor de Faturamento HUSE-SFPSA

DOC.....: 250372
SEX.....: MASCULINO
NUMERO.....: 1
Faturado
PS - Admitido

PA: [X] mmHg PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] TOX [] SANGUE [] URINA []
[] LOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOL. MAUS TR. [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS: DA A PRIMEIROS SINTOMAS:

Vide admissao

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

Dr. José Maurício W. Lima
Médico
CRM-S 5144

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

DATA DA SAIDA: / / HORA DA SAIDA:
ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO
INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):
OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL.

Assinatura do paciente/responsavel

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

02.06.14

03h

Paciente trazido pelo SAMU devido a lesão de vias aéreas, Glasgow: 08 em 15. No momento segue em observação, sob VM/IO₂, aguardando avaliação de neurologia para intubação.

ARF: Grossa; em uso de VM/IO₂

Abdomen: Flácido, mas sem sinais de peritonite devida a RVC

cd: Aguardando Radiografia

Aguardando USG FAST.

Solicito Aval. do Cir. Buro-Morale paul.

Dr. José Torres Neto
Médico
CRM 4809

Dr. José Torres Neto
Médico
CRM

02.06.14

Dr. Carlos

Paciente mantém quadro neurológico. GNV 04, pupilas isocóricas em VM, estável hemodinamicamente, FC 86, pulso cheio, pele quente e seca, PA 134 x 92

Aval: plano, flácido, indolor a palpação

cd: sem conduto urinário no momento
Aguardando FAST


Assinatura
CRM
5198

Sobre José Jeferson de Souza RG: 26387743 SSP-SE

Foi submetido a exame clínico em 19/06/2017 com histórico recente de internamento hospitalar devido politraumatismo. Queixava-se de cefaleia intensa e dor no lado direito do tórax. Havia predomínio, no exame físico, de sintomas extrapiramidais pelo uso de haloperidol.

Houve TCE e fraturas de arcos costais. Foi medicado e apresentou evolução favorável. Em 16/08/2017 não apresentava sinais neurológicos de complicações.

Aracaju, 14 de DEZEMBRO de 2017


ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

Dr. Luiz Carlos Andrade
Medicina Interna
CREMESE 440

RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: Jose Jefferson de Souza

DATA DA ENTRADA: 02 / 06 / 2017

DATA DA SAÍDA: 12 / 06 / 2017

INTERNAMENTO:

PS (X)

ENFERMARIA (X)

UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente vítima de capotamento, deu entrada no HUSF em Glasgow 8, trazido pelo SMU sob protocolo, intubado, permanecendo na Sala Vermelha em observação. As Tomografias do Crânio e da Coluna cervical não apresentaram alterações. Houve melhora do quadro neurológico, foi extubado, apresentando na evolução desorientação e dificuldade de deambular. Queixou-se de dor no ferimento sendo solicitado RX que não revelou fraturas. Obteve alta em 12/06/17.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

EXAMES COMPLEMENTARES:

Hemograma, glicose, ureia, creatinina
Tomografia do Crânio e da coluna cervical
Gasometria arterial
Coagulograma

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. José Macedo Lima - CRM 5144
Dr. Breno Barbosa M. Oliveira - CRM 2993
Dr. Eduardo Franco - Médico
Dr. Bruno A. O. Pereira - CRM 5291
Dr. Esteban Albizuri - CRM 2924
Dr. Bruno Rangel - CRM 5263

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (X) TRANSFERIDO () ÓBITO ()

ARACAJU, 21 de AGOSTO de 2017

MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

Dra. Selma T. da C.S. Monteiro
Pediatra
CRM 1532

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.



Uniccat

CENTRO INTEGRADO DE DIAGNÓSTICO E MEDICINA ESPECIALIZADA

Relatório

O paciente José Jefferson de Souza sofreu Traumatismo Crânio-Cefálico (TCE) em junho/2017, permanecendo na UTI de HUSE, em coma, durante 30 dias.

Em consequência desse acidente o paciente permaneceu até hoje com Deficit Cognitivo Moderado, que dificulta a capacidade laborativa e reduz a qualidade

Av. Gonçalo Roemberg Leite, 1813 - B. Índio Palentim - CEP.: 49.045-280 - Aracaju/SE
Tel.: 79 2106 4100 / 2106 4199 - www.uniccat.com.br - uniccat@uniccat.com.br



de vida. Encontra-se em uso
de medicação controlada e
acompanhamento neurológico.

A Ressonância Magnética de
crânio realizada em 16/06/17
revelou vários focos de sinais
de lesão cerebral.

Araçáji 02/04/2018

Patricia Arando

Dra. Patricia Arando Garcia de Souza
NEUROLOGISTA
CRM 1.1.01

Endereço: Rua 100, 100 - Araçáji - 11.111-111 - 11.111-111
Telefone: (11) 1111-1111 - 1111-1111 - 1111-1111

RECEITUÁRIO

Nome: JOÃO JOSEFSON DE SOUZA

Relatório Médico

RELATO PARA OS DEVIDOS FINS, QUE O
Sr. ALCANTARA, DE 26 ANOS DE IDADE, SO-
FREU ACIDENTE DE CAMIÃO EM VIA PÚBLICA
EM 02/06/17, TENDO TIDO GRAVES FERIDAS
DO TIPO DE LACERAÇÃO EM ITSMANOS SUB-DOMIS,
SERVO ALACANTARA EM OBSERVAÇÃO (MONITORIA),
E ALÉM DE VOS OS RESULTADOS DE EXAMES, DO-
RESUMAL, ALÉM DE TER 2 ANOS DE HISTÓRIA FRA-
TURADA (9º E 10º IN ESTOMAGO) NESTE MOMENTO
ACIDENTE. ALÉM DESTES EXAMES E DA TUBO-
CUL, NESTE DIA PARA OS FINS DESEJADOS.

Dr. Altono Tavares de Almeida Neto
Clínica Médica
CRM 2455

Ass. e Carimbo / CRM

30 / 03 / 18

Data

Rio de Janeiro, 24 de Maio de 2018

Carta nº: 12858595

A/C: JOSE JEFERSON DE SOUZA

Nº Sinistro: 3180192640
Vítima: JOSE JEFERSON DE SOUZA
Data do Acidente: 01/06/2017
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: JOSE MARCOS DE OLIVEIRA ROSA

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: JOSE JEFERSON DE SOUZA

Valor: R\$ 1.350,00

Banco: 104

Agência: 000003303

Conta: 0000032953-0

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	1.350,00

Dano Pessoal: Lesões neurológicas que cursem com dano cognitivo-comportamental alienante 100%

Graduação: Em grau residual 10%

% Invalidez Permanente DPVAT: (10% de 100%) 10,00%

Valor a indenizar: 10,00% x 13.500,00 =	R\$	1.350,00
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT





Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201886101322

DATA:

20/03/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Seguem autos conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201886101322

DATA:

25/03/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

</br>{Via Movimentação em Lote nº 201900075}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201886101322

DATA:

14/05/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

A assistência jurídica integral e gratuita é assegurada àqueles que comprovarem a insuficiência de recursos (art. 5º, LXXIV, CRFB/88). Compulsando os autos não encontrei, salvo a mera alegação da requerente, nenhum elemento que comprove a insuficiência de recursos impeditiva do pagamento das despesas do processo neste momento. Diante disso, intime-se, parte Requerente, por seu causídico, via DJe, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a peça póstica, a fim de juntar aos autos relação e comprovantes de receitas e despesas, bem como a última declaração do imposto de renda ou declaração de isento. Expirado, com ou sem manifestação, certifique-se, e volvam os autos à conclusão.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Monte Alegre**

Nº Processo 201886101322 - Número Único: 0001205-81.2018.8.25.0060

Autor: JOSE JEFERSON DE SOUZA

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

A assistência jurídica integral e gratuita é assegurada àqueles que **comprovarem** a insuficiência de recursos (art. 5º, LXXIV, CRFB/88).

Compulsando os autos não encontrei, salvo a mera alegação da requerente, nenhum elemento que comprove a insuficiência de recursos impeditiva do pagamento das despesas do processo neste momento.

Diante disso, intime-se, parte Requerente, por seu causídico, via DJe, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a peça póstica, a fim de **juntar** aos autos relação e comprovantes de receitas e despesas, bem como a última declaração do imposto de renda ou declaração de isento.

Expirado, com ou sem manifestação, **certifique-se**, e **volvam** os autos à conclusão.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Marcelo Barreto Pimenta, Juiz(a) de Monte Alegre**, em **14/05/2019, às 18:43:27**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001183919-91**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201886101322

DATA:

07/06/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JOSÉ JEOVANY DA SILVA - 12367}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
COMARCA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DISTRITO JUDICIÁRIO DE
MONTE ALEGRE DE SERGIPE – SERGIPE**

Processo nº 201886101322

JOSÉ JEFERSON DE SOUZA, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, por seu advogado, que esta subscreve, vem mui respeitosamente manifestar-se, em cumprimento ao despacho de Vossa Excelência, como o fito de provar ser merecedor da concessão dos benéficos da gratuidade da justiça:

O Requerente faz jus à concessão da gratuidade da justiça, haja vista que o mesmo não possui rendimentos suficientes para custear as despesas processuais e honorários advocatícios em detrimento de seu sustento e de sua família.

Porquanto, o Requerente é pessoa humilde, trabalhador rural, vivendo no momento de serviços informais que presta como lavrador e da ajuda do Programa Bolsa Família, conforme documentos anexos.

Além disso, como já narrado na exordial o Requerente foi vítima de um acidente automobilístico no qual sofreu fratura nas costelas e TCE em virtude deste acidente, donde necessitou e foi submetido a tratamento médico e ambulatorial, conforme relatórios médicos anexados a inicial.

Assim, o Requerente juntou com a presente inicial a declaração de hipossuficiência, informando que não possui condições para arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem que cause dano ao seu sustento e de sua família.

Desse modo, conseqüentemente, torna-se inviável o custeio das despesas processuais e o pagamento dos honorários do perito, pleiteando, portanto, os benefícios



da gratuidade da justiça, assegurados pela Lei nº 1060/50 e consoante o art. 98, caput, do CPC/2015, *in verbis*:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. (Grifou-se).

Mister frisar, ainda sobre a gratuidade a que tem direito esta pessoa natural, o novo Código de Ritos Civis dispõe em seu art. 99, § 3º, que **“presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural”**.

Assim, à pessoa natural basta a mera alegação de insuficiência de recursos, sendo desnecessária a produção de provas da hipossuficiência financeira. Ou seja, apresentado o pedido de gratuidade acompanhado de declaração de pobreza, há presunção legal que o juiz pode prontamente deferir os benefícios ao seu requerente (cumprindo-se a presunção do art. 99, § 3º, do CPC/2015 acima).

Portanto, entender de outra forma seria impedir os mais humildes de terem acesso à justiça, garantia maior dos cidadãos no Estado de Direito, corolário do princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição, artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal de 1988.

Desse modo, as normas legais mencionadas não exigem que os requerentes da assistência judiciária sejam miseráveis para recebê-la, sob a forma de isenção de custas, bastando que comprovem a insuficiência de recursos para custear o processo, ou, como reza a norma constitucional, que não estão em condições de pagar custas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família, **bem como as normas de concessão do benefício não vedam tal benesse a quem o requeira por meio de advogados particulares**, conforme art. 99, § 4º, do CPC/2015, vejamos:

Art. 99, § 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça. (Grifou-se).





Ora, como já afirmado, decorre da letra expressa do art. 99, § 3º, do CPC/2015, **que se presumem pobres, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei.**

Por fim, requer o Requerente a Vossa Excelência, que lhe seja concedida a gratuidade da justiça, com amparo nos argumentos de direito colacionados e documentos anexos.

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 07 de Junho de 2019.

José Jeovany da Silva
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A





CARTÓRIO DO

2º OFÍCIO DE PORTO DA FOLHA

Cartório de Registro Civil

Aderbal Costa de Oliveira
Oficial Interino

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME
BRENDA MARINA DE SOUZAMATRÍCULA
119738 01 55 2015 1 00066 174 0022739 - 41

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO

CINCO DO MÊS DE NOVENO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE

DIA MÊS ANO

05 11 2015

HORA

MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

16:06

LAGARTO-SE

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO LOCAL DE NASCIMENTO

PORTO DA FOLHA-SE

MATERNIDADE ZACARIAS JUNIOR

SEXO

FEMININO

FILIAÇÃO

MÃE: MARIA ROSANEIA DE SOUZA

PAI: JOSE JEPERSON DE SOUZA

AVÓS

AVÔ MATERNA: MARIA IZABEL CAJE DE SOUZA

AVÔ MATERNO: JOSE RUBENS DE SOUZA

AVÔ PATERNA: MARIA ZELIA DE MELO SOUZA

AVÔ PATERNO: MANOEL MESSIAS DE SOUZA

GÊMEO

NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S)

NÃO

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO

QUATORZE DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE

Nº DA DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO

30692239784

OBSERVAÇÕES/AVERBAÇÕES

PROFISSÃO DO PAI: LAVRADOR; PROFISSÃO DA MÃE: LAVRADORA

NOME DO OFÍCIO: 2º OFÍCIO DA COMARCA DE PORTO DA FOLHA

ESCREVENTE: NATÁLIA DANIELA MARTINS SILVA

MUNICÍPIO: PORTO DA FOLHA-SE

ENDEREÇO: TRAV. ANTÔNIO PEREIRA FEITOSA, N. 34

ISENTO DE EMOLUMENTOS.

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Data e local: PORTO DA FOLHA, SE, 03 de Fevereiro de 2016.

Assinatura do Oficial

2ª VIA

Natalia Daniela Martins Silva
Escrevente AutorizadaTravessa Antônio Pereira Feitosa, 34 | Centro
CEP: 49.800-000 | Porto da Folha | SergipeFone: (79) 3349.1079
E-mail: extra.2portodafolha@tjse.jus.br





Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201886101322

DATA:

10/06/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201886101322

DATA:

21/06/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Defiro a gratuidade judiciária pedida, nos termos dos arts. 5º, LXXIV da CF e art. 4º da Lei 1.060/50. Cite-se o Requerido para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar resposta à exordial, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos articulados pelo autor, nos termos do art. 344 do CPC. Caso haja levantamento de preliminares ao mérito arroladas pelo art. 337 do NCPC (nos termos do art. 351 do NCPC), e/ou exceções substanciais defesas de mérito indiretas: fatos extintivos, modificativos ou impeditivos (nos termos do art. 350 do NCPC) - intime-se a parte autoral para replicar, no prazo de 15 (quinze) dias a contestação. Após, voltem conclusos os autos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Monte Alegre**

Nº Processo 201886101322 - Número Único: 0001205-81.2018.8.25.0060

Autor: JOSE JEFERSON DE SOUZA

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Defiro a gratuidade judiciária pedida, nos termos dos arts. 5º, LXXIV da CF e art. 4º da Lei 1.060/50.

Cite-se o Requerido para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar resposta à exordial, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos articulados pelo autor, nos termos do art. 344 do CPC.

Caso haja levantamento de preliminares ao mérito arroladas pelo art. 337 do NCPC (nos termos do art. 351 do NCPC), e/ou exceções substanciais – defesas de mérito indiretas: fatos extintivos, modificativos ou impeditivos (nos termos do art. 350 do NCPC) - intime-se a parte autoral para replicar, no prazo de 15 (quinze) dias a contestação.

Após, voltem conclusos os autos.



Documento assinado eletronicamente por **GILSON GUEDES CAVALCANTI NETO, Juiz(a) de Monte Alegre**, em 21/06/2019, às 14:44:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001550699-87**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201886101322

DATA:

06/08/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Mandado de citação expedido sob o n. 201986103175.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201886101322

DATA:

06/08/2019

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 201986103175 do tipo Citação Separação e Divórcio ou Procedimento Ordinário
[TM1909,MD1925]

 {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Monte Alegre
Praça Passos Porto, Nº 335
Bairro - Centro Cidade - Monte Alegre de Sergipe
Cep - 49690-000 Telefone - (79)3318-1660

Normal(Justiça Gratuita)



201986103175

PROCESSO: 201886101322 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0001205-81.2018.8.25.0060
NATUREZA: Procedimento Comum
REQUERENTE: JOSE JEFERSON DE SOUZA
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

A presente, extraída do processo acima identificado, vem **CITAR** por todo conteúdo da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, para a finalidade abaixo transcrita, advertindo-o(a) de que, não sendo a ação contestada, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora.

Finalidade: Responder a presente ação em dias.

Despacho: Defiro a gratuidade judiciária pedida, nos termos dos arts. 5º, LXXIV da CF e art. 4º da Lei 1.060/50. Cite-se o Requerido para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar resposta à exordial, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos articulados pelo autor, nos termos do art. 344 do CPC. Caso haja levantamento de preliminares ao mérito arroladas pelo art. 337 do NCPC (nos termos do art. 351 do NCPC), e/ou exceções substanciais defesas de mérito indiretas: fatos extintivos, modificativos ou impeditivos (nos termos do art. 350 do NCPC) - intime-se a parte autoral para replicar, no prazo de 15 (quinze) dias a contestação. Após, voltem conclusos os autos.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Residência : RUA SENADOR DANTAS, 5º ANDAR, Nº 74
Bairro : CENTRO
Cep : 20031205
Cidade : RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

[TM1909, MD1925]



Documento assinado eletronicamente por **HELTON DHALYSSON OLIVEIRA PORTO**, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Monte Alegre, em 06/08/2019, às 12:38:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001963360-74**.

